

ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS  
**PRÓ-OUTEIRO**

Associação de Melhoramentos Pró-outeiro, Rua ...

# **Relatório de Atividades e Contas 2022**

16/03/2023



## Conteúdo

1. Enquadramento .....	5
2. Apresentação da Instituição .....	6
3. Cenário Macroeconómico .....	12
4. Relatório das Atividades Realizadas .....	16
Serviço de Apoio Domiciliário.....	16
Centro de Dia .....	17
ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.....	20
CEPD - Centro de Estimulação para Pessoas com Demência .....	22
Atividades Socioculturais, Psicomotoras e Ocupacionais.....	22
Serviço de Alimentação .....	27
Recursos Humanos .....	29
Obrigações Fiscais.....	31
5. Anexo às Contas .....	32
5.1 .....	Identificação da Entidade
.....	32
5.2 .....	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras
.....	32
5.3 .....	Principais Políticas Contabilísticas
.....	33
5.3.1 .....	Bases de Apresentação
.....	33
5.3.2 .....	Políticas de Reconhecimento e Mensuração
.....	36



5.4.....	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	47
5.5.....	Ativos Fixos Tangíveis	47
5.6.....	Custos de Empréstimos Obtidos	49
5.7.....	Inventários	50
5.8.....	Rédito	51
5.9.....	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	51
5.10.....	Subsídios do Governo e apoios do Governo	52
5.11.....	Imposto sobre o Rendimento	52
5.12.....	Benefícios dos empregados	52
5.13.....	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	53
5.14.....	Outras Informações	53
5.14.1.....	Investimentos Financeiros	53
5.14.2.....	Clientes e Utentes	54
5.14.3.....	Outras contas a receber	54
5.14.4.....	Diferimentos	55
5.14.5.....	Caixa e Depósitos Bancários	55



5.14.6.....	Fundos Patrimoniais	55
5.14.7.....	Fornecedores	56
5.14.8.....	Estado e Outros Entes Públicos	56
5.14.9.....	Outras Contas a Pagar	57
5.14.10.....	Outros Passivos Financeiros	57
5.14.11.....	Subsídios, doações e legados à exploração	57
5.14.12.....	Fornecimentos e serviços externos	58
5.14.13.....	Outros rendimentos	58
5.14.14.....	Outros gastos	59
5.14.15.....	Resultados Financeiros	59
5.14.16.....	Empréstimos Bancários	60
5.14.17.....	Acontecimentos após data de Balanço	60
6. Indicadores Económicos.....		61
6.1 Rácios.....		61
6.2 Indicadores Despesas.....		62
7. Demonstrações Financeiras.....		63

8. Parecer do Conselho Fiscal ..... 67

## 1. Enquadramento

Gostaria de começar esta nota com um agradecimento especial a todos os sócios e colaboradores da Associação, que com o seu empenho e dedicação, ajudaram a AMPO a crescer, quer em número de utentes, quer em número de refeições servidas, sempre garantindo a qualidade dos serviços prestados.

O ano de 2022 foi mais um ano de grandes dificuldades, em que a Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro registou um prejuízo de 1126,27 euros. Este resultado negativo deveu-se, em grande parte, ao aumento dos preços dos combustíveis e dos salários, que impactaram muito a gestão de tesouraria da Associação.

Em 2023, é fundamental que a Segurança Social e o Estado prestem mais apoio, não apenas à AMPO, mas a todas as Instituições de Solidariedade, de forma a garantir que estas instituições têm as condições para desenvolver as suas operações com serviços de qualidade e garantindo a dignidade e segurança dos seus utentes.

Da nossa parte, continuamos a trabalhar para garantir a melhoria contínua dos nossos serviços em todas as nossas valências.

Para terminar gostaria de agradecer a todos os membros dos Órgãos Sociais que encerraram o mandato no final de 2022, e desejar que a nova Direção, Conselho Fiscal e Assembleia Geral continuem o caminho de excelência que tem sido traçado nos últimos anos, para que esta associação continue a ser reconhecida como uma referência na região.

O Presidente

Diamantino Nunes



## 2. Apresentação da Instituição

A AMPO - Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro é uma instituição particular de Solidariedade Social (IPSS) criada formalmente em 1983 com o objetivo de dar apoio à família e a promoção comunitária do lugar do Outeiro e o seu âmbito de ação abrangia o concelho de Oliveira de Azeméis. Atualmente integra a Plataforma Supraconcelhia de Entre o Douro e Vouga – Zona Norte. Para além do Concelho de Oliveira de Azeméis, integram esta plataforma os concelhos de Arouca, São João da Madeira, Vale de Cambra e Santa Maria da Feira.



A AMPO propõe-se apoiar e garantir os direitos e responder às necessidades das pessoas idosas e das suas famílias, geradas pelas mudanças na sociedade, criando e oferecendo serviços que correspondam às novas realidades sociais e necessidades das pessoas idosas e comunidade envolvente, de forma integral e personalizada.



Para atingir esta meta a AMPO pauta-se pelos seguintes Valores:

**Solidariedade:** Acolher com caráter solidário todos os que recorrem aos nossos serviços, respondendo às suas necessidades e especificidades.

**Respeito/Ética:** Respeitar a condição e características de todos os que apoiamos e daqueles que conosco colaboram.

**Confiança:** Criar um ambiente de confiança mútua, entre nós e os que nos apoiam, inspirando-nos na generosidade, partilha e respeito pelas especificidades de cada um.

**Responsabilidade:** A nossa maior responsabilidade é concorrer para o bem-estar de cada um tendo em conta os direitos de todos os que conosco privam.

Desta forma, a AMPO pretende ser reconhecida como uma instituição de referência no apoio à pessoa idosa, baseando a sua intervenção na melhoria contínua das suas práticas e na elevação da qualidade dos serviços prestados. Assim, a Política da Qualidade da AMPO baseia-se nos seguintes princípios:

- Reconhecer e valorizar o empenho e dedicação dos colaboradores promovendo o trabalho de equipa;
- Fomentar a satisfação plena dos utentes e seus familiares;
- Promover uma vida pessoal e social saudável aos utentes;
- Manter os utentes integrados na sociedade criando parcerias com o exterior;
- Promover a humanidade e solidariedade social;
- Ser um agente promotor e dinâmico no desenvolvimento da comunidade.



Os objetivos desta política são planeados anualmente e os processos de gestão do sistema incluem o acompanhamento e monitorização por parte da Direção. Este processo de gestão do sistema interage com os processos de suporte que visam a gestão de competências e a avaliação e melhoria das operações e serviços prestados pela AMPO em todos os seus projetos: Serviço de Apoio ao Domicílio, Centro de Dia, Estrutura Residencial para Idosos e Centro de Estimulação para Pessoas com Demência.

No início da década de 80, AMPO iniciou a sua atividade com o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) onde é oferecido um vasto leque de serviços no domicílio dos idosos que passa pelo fornecimento de refeições, cuidados de higiene pessoal e habitacional, tratamento de roupa, atividades de animação e socialização, serviços de teleassistência, apoio psicossocial, entre outros.

Em 2016 a AMPO alargou o seu âmbito de atuação no serviço de apoio ao idoso e seus familiares ao dar início nas suas instalações do funcionamento de um Centro de Dia, que acolhe os idosos entre as 9 horas e as 18 horas e onde presta serviços de alimentação, cuidados de higiene e conforto, atividades socio culturais e recreativas apropriadas ao perfil ocupacional, apoio psicossocial, acompanhamento ao exterior e ocupação de tempos livres e acompanhamento técnico de serviço social, enfermagem, entre outros.

Em 2018 a AMPO complementa o seu âmbito de apoio ao idoso e seus familiares ao abrir uma Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) e ao dar início ao funcionamento dos serviços do Centro de Estimulação para Pessoas com Demência (CEPD).

O ERPI acolhe o idoso em regime de alojamento com planos individuais de cuidados ao nível da alimentação, higiene pessoal, conforto, saúde, animação e socialização, de forma a promover a sua autonomia e integração social sem descuidar a relação intrafamiliar do idoso. O ERPI funciona num complexo residencial, com capacidade para 25 utentes, o qual visa contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo e de qualidade, mediante a aplicação de planos individuais de cuidados, de forma a promover a autonomia e integração/participação social dos beneficiários. Visa, ainda, contribuir de forma ativa

para melhorias na qualidade de vida dos clientes, através da disponibilização de serviços permanentes e de qualidade, e de condições que permitam preservar e incentivar a relação intrafamiliar.

O CEPD oferece um cuidado especializado e interdisciplinar de estimulação para pessoas com demência centrada na pessoa no que diz respeito à sua intervenção diária, tem um funcionamento de segunda a sexta-feira das 8 horas às 18h. As atividades desenvolvidas juntam terapias não farmacológicas, num mesmo espaço com equipamentos e instrumentos de trabalho ajustados à pessoa com demência por forma a fazer uma estimulação específica, nomeadamente, relacionadas com perturbações da fala, incapacidade de reconhecer ou identificar objetos, capacidade de executar atividades motoras prejudicada apesar do funcionamento motor intacto e executivo, diminuição das competências sociais, entre outros.

A Direção da AMPO continua a acreditar que ainda se pode chegar mais longe e mostra-se fortemente empenhada em desenvolver modelos de gestão inovadores mais eficientes que permitam um crescimento sustentado da instituição. Esta ambição alicerçar-se-á no equilíbrio financeiro das atividades de forma a alcançar os objetivos e desenvolver as atividades estatutárias, de forma sustentável, em termos económicos, sociais e ambientais.



## Constituição dos Órgãos Sociais

Mandato de 23 de Fevereiro 2023 a 31 de Dezembro de 2026.

### Assembleia Geral:

Presidente: António Eduardo Rebelo Santos Valente, sócio n.º1279

1.º Secretário: António Da Silva Xará, sócio n.º 947

2.º Secretário: Luís Manuel Peixoto de Sousa Teixeira, sócio n.º 1638

### Direção:

Presidente: Diamantino José Silva Nunes, sócio n.º 1270

Vice-Presidente: Luís Miguel de Azevedo Leite, sócio n.º 1501

Secretário: José Júlio Pereira Nascimento, sócio n.º 1471

Tesoureiro: Manuel Brandão dos Santos, sócio n.º 1166

1.º Vogal: José Manuel Esteves da Silva Pinto, sócio n.º 1236

2.º Vogal: Pedro Renato da Silva Santos, sócio n.º 1284

3.º Vogal: Maria Deolinda Soares Silva Correia, sócio n.º 1103

1.º Suplente: Sílvio dos Santos Correia, sócio n.º 1105

2.º Suplente: Clarice da Conceição Lemos Carvalho Brandão Santos, sócio n.º 1175

3.º Suplente: José Maria Tavares da Silva, sócio n.º 1341

### Conselho Fiscal:

Presidente: João Carlos Mesquita, sócio n.º 885

1.º Vogal: Maria La- Salete Soares Silva Vieira, sócio n.º 630

2.º Vogal: Paulo Vieira dos Santos Pinto, sócio n.º 22

1.º Suplente: Jaime Manuel da Silva Marques, sócio n.º 1278

2.º Suplente: Carlos dos Santos Mesquita, sócio n.º 1027

3.º Suplente: Maria Aurelina Gonçalves Silva Nunes, sócio n.º 1279

### 3. Cenário Macroeconómico

2022, um ano ainda marcado pela pandemia de covid-19, permitiu, ainda assim, o regresso à tão ansiada normalidade, voltando-se a organizar alguns eventos e encontros, afastando as pessoas do isolamento.

As projeções mais recentes das instituições internacionais apontam previsões de crescimento para a economia portuguesa em 2023 – o PIB deverá crescer 1,5%, com uma inflação de 5,8%.

Os anos de 2020 e 2021 ficaram sem dúvida para sempre marcado, pela pandemia que assolou o Mundo e o País, mas 2022 ficou marcado com a guerra na Ucrânia. Se nos anos de 2020 e 2021, as populações ressentiram que o flagelo da COVID, como um encarceramento, 2022, pauta-se pelo sentimento de insegurança, motivado pelo receio de quebras no fornecimento de energia e de bens alimentares, levando a um acréscimo de preços globais.

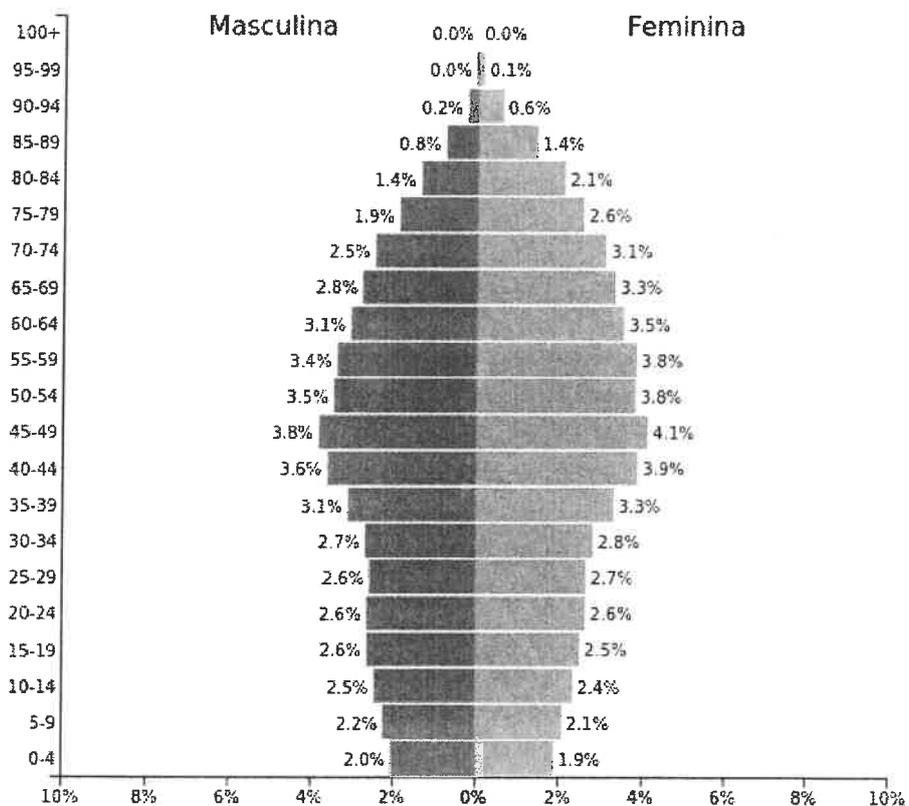
Numa avaliação global as IPSS, representam uma resposta presente e futura em apoio ao acompanhamento familiar, criação de postos de trabalho e (re)integração no mercado laboral. “O emprego não é apenas um meio de produção de riqueza, mas também um meio de integração social. O trabalho remunerado com duração indeterminada, com salário regular, (...) conferiu um estatuto social ao trabalhador. O termo trabalho ficou associado à noção do emprego. Numa tentativa de esclarecer os conceitos, a nossa posição é de que emprego equivale ao trabalho remunerado. O termo emprego pressupõe ainda a existência de diferentes estatutos” (Kovács, Casaca, Ferreira & Sousa, 2006:7).

As IPSS, tem a sua importância nos cuidados às pessoas com dependência, atendendo aos dados disponibilizados pela PORDATA, em 2019, cerca de 22% da população residente em Portugal situa-se na faixa etária compreendida entre os 65 ou mais anos de idade.

Em Portugal, em 2019, 25% da população idosa é composta por idosos que vivem sozinhos. Cerca de 33% das mulheres idosas e 13% dos homens idosos vivem nessa condição.

Uma publicação da entidade consultada (PORDATA) aponta para que em 2050 os idosos, em Portugal, sejam cerca de 3,4 milhões. A população idosa em 2050, como se pode verificar pelos dados da pirâmide etária à data de 2020 e facultada no site PopulationPyramid.net, é a que tem idade actual entre os 39 e 54 anos e que representa a maior percentagem.

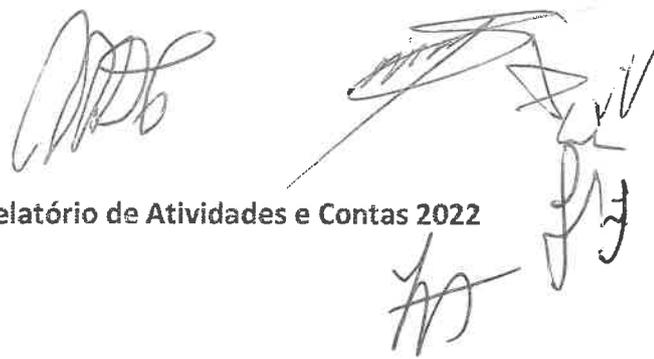




PopulationPyramid.net

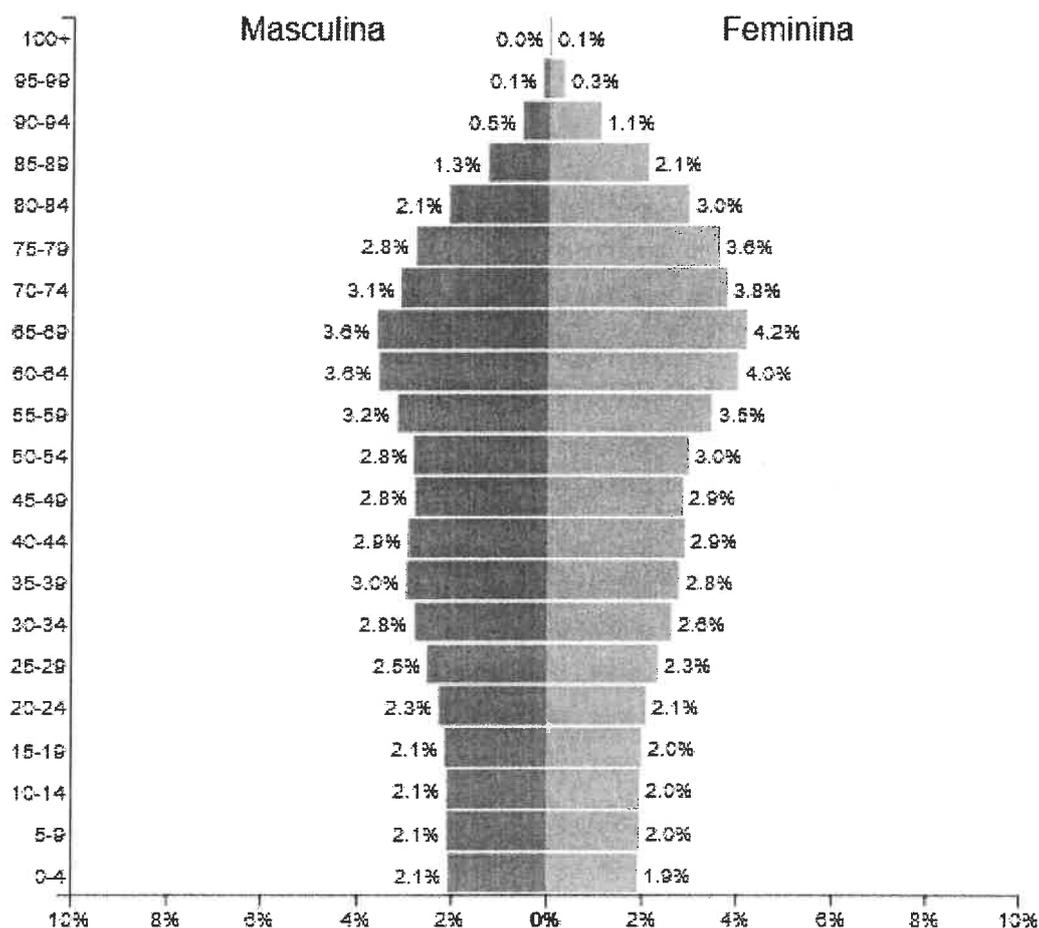
**Portugal - 2020**  
População: **10,196,707**

Analisando os dados da população em Portugal, verificamos um constante crescimento da população envelhecida e um decréscimo espectacular da população.



Portugal ▼  
2040

População: 9,558,275



No concelho de Oliveira de Azeméis, com uma população residente de cerca de 66.062 pessoas, a população residente em idade ativa (pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 65 anos de idade) era de cerca de 67%, enquanto os idosos representam 21,7% da população. O índice de envelhecimento era, em 2019, de 191 idosos (pessoas com 65 ou mais anos de idade) por cada 100 jovens e pessoas em idade ativa. Este índice tem vindo a aumentar e, no caso do concelho em análise, apresenta uma média superior à nacional cujo

valor se situa em 161 pessoas idosas por cada grupo de 100 jovens e pessoas em idade ativa.

Idade	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75-79	80-84	85 ou mais
2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019
66 011	2 293	2 428	2 724	3 293	3 616	3 609	3 666	4 035	4 756	5 220	5 410	5 482	4 995	4 155	3 614	2 794	2 183	1 738

Como se pode verificar através da análise aos dados relativos à distribuição da população residente, por estratos etários, no que diz respeito ao concelho de Oliveira de Azeméis, nos próximos quatro anos e seguintes, a população idosa tende a aumentar consideravelmente.

É, por isso, expectável que as respostas sociais venham a assumir um papel cada vez mais relevante e, absolutamente, necessário para garantir o apoio necessário aos idosos cada vez mais dependentes.

É neste contexto que a Pró-Outeiro se move, certos de que o seu compromisso vai ao encontro dos desafios que a evolução da estrutura demográfica nos reserva para o futuro.



## 4. Relatório das Atividades Realizadas

### Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no próprio domicílio, sempre que idosos, adultos ou famílias, por motivo de doença, deficiência ou outros impedimentos, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ ou da vida diária.

A AMPO presta o serviço de apoio domiciliário a 96 utentes com uma média de idades de 82 anos (mínimo 58 anos – máximo 101 anos), distribuídos pelo concelho de Oliveira de Azeméis e São João da Madeira. O nosso objetivo é promover o conforto e qualidade de vida de cada utente e evitar institucionalizações desnecessárias. Priorizamos a permanência de cada idoso no seu domicílio, possibilitando a harmonia entre hábitos e os costumes que traduzem a sua história de vida.

Os serviços mais representativos referem-se aos cuidados de higiene e distribuição de refeições prestados por cinco equipas de apoio domiciliário que inclui:

- Prestação de cuidados de higiene e conforto;
- Arrumação e pequenas limpezas no domicílio, quando utilizados só pelo idoso e nas zonas essenciais à sua circulação, priorizando-se para este tipo de serviço os mais necessitados e sós;
- Transporte e acompanhamento de refeições;
- Serviço efetuado 7 dias por semana, com horário alargado até às 20h00;
- Tratamento de roupas.

## Centro de Dia

O Centro de Dia é uma resposta social que consiste na prestação de um conjunto de serviços em horário diurno de segunda a sexta-feira (7:30h às 20:00h) e aos sábados das (8:30 às 17:00h) e que contribui para a permanência dos idosos no seu seio familiar.

O Centro de Dia tem capacidade para 25 utentes e atualmente tem a sua capacidade máxima atingida, com idades compreendidas entre os 59 e os 96 anos, distribuídos pelo concelho de Oliveira de Azeméis.



O Centro de Dia da AMPO para além dos serviços standard prestados por esta resposta social, adotou um conjunto de atividades adaptadas a este grupo, que visam promover a sua saúde, sociabilidade, autonomia, cultura, memória, linguagem e até mesmo o exercício físico regular.

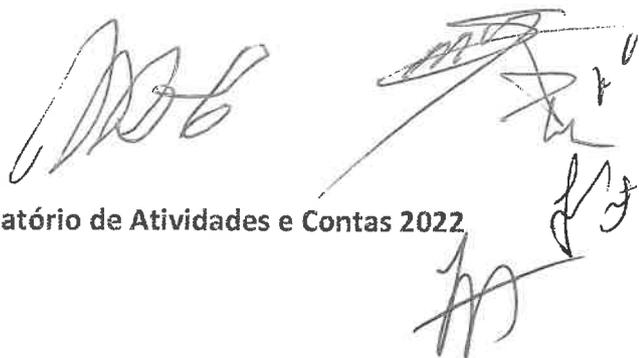
Diariamente é oferecido um conjunto de atividades artísticas não profissionais, lúdicas, sociais de difusão (viabilizando o acesso a determinados bens culturais) e formação (para aquisição de conhecimentos e desenvolvimento do uso crítico e ilustrado da razão). Estas atividades são planeadas por técnicos com base nas estratégias de promoção do envelhecimento ativo preconizadas, bem como nos diversos gostos e interesses de cada utente.



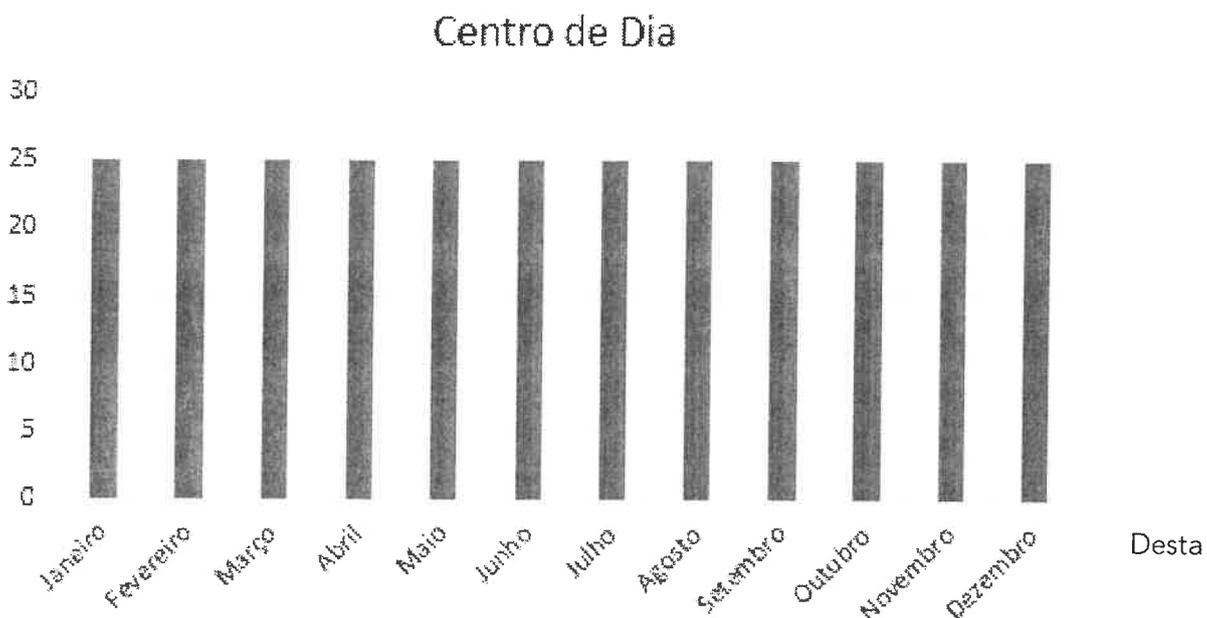


O ano de 2022 foi um ano que se iniciou com a capacidade máxima e manteve o mesmo padrão até ao momento, existindo agora lista de espera para a resposta social.





O gráfico abaixo mostra a distribuição mensal dos utentes do Centro de Dia, no ano de 2021, de onde se saliente ausência de frequência nos meses já referidos.



forma, o Centro de Dia no momento é uma resposta social da AMPO com uma elevada procura, dado que vai de encontro com as expectativas e necessidades das pessoas, confirmando o valor público da abordagem ao problema do apoio social da instituição.



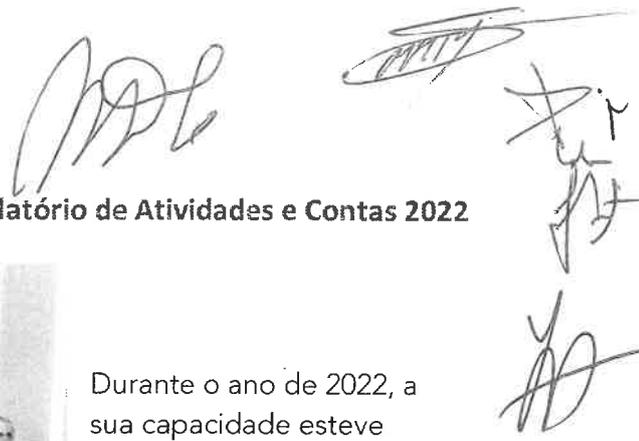
### ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas é uma resposta social desenvolvida em estabelecimento para alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, com funcionamento diário permanente de 24h, que desde a sua abertura, tem tido uma procura constante e com a taxa de ocupação contante.

A ERPI oferece aos seus utentes uma variedade de serviços ao nível da alimentação, higiene pessoal, conforto, saúde, atividades de animação e socialização, de forma a promover autonomia e integração social da pessoa idosa sem descurar a relação intrafamiliar.

Diariamente o funcionamento da ERPI visa contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo e de qualidade.



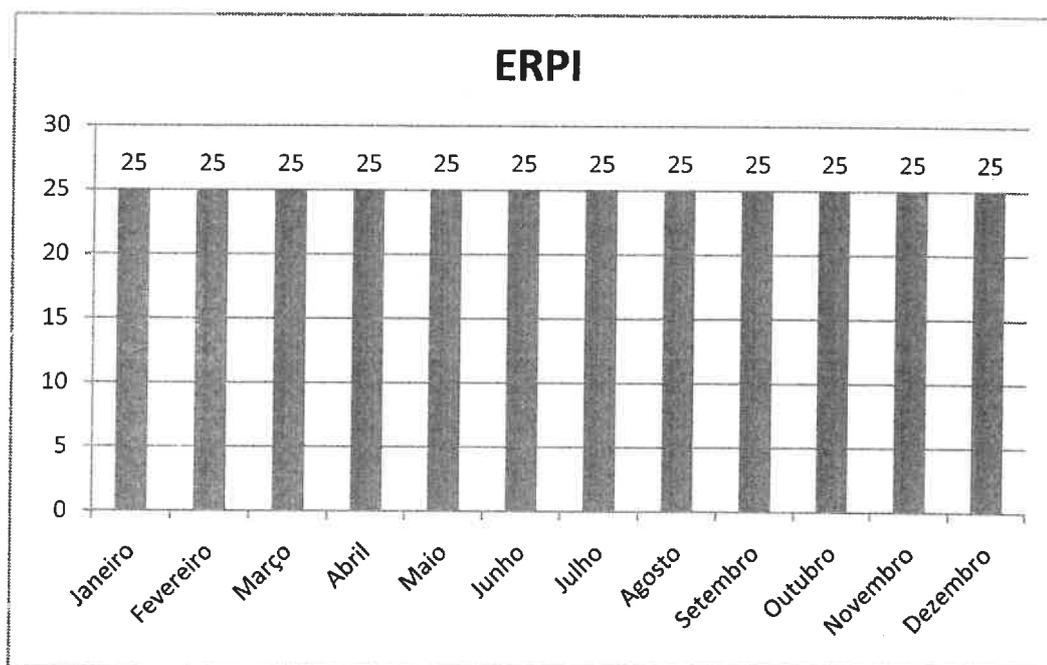


AMPO presta serviço de ERPI a 25 utentes com idades compreendidas entre os 62 e 97 anos.

Durante o ano de 2022, a sua capacidade esteve preenchida. De um total de 25 utentes, 20 utentes são abrangidos pelo acordo de cooperação, nos quais se incluem 4 vagas sociais, geridas pelo Instituto de Segurança Social, I.P. A



Ao longo de 2022, o número de utentes em ERPI foi constante, estando a capacidade máxima preenchida todos os meses, conforme registado no gráfico abaixo e existindo uma enorme lista de espera. É notório que cada vez mais existe uma maior procura por esta resposta.



### CEPD - Centro de Estimulação para Pessoas com Demência

O Centro de Estimulação para Pessoas com Demência (CEPD) é um projeto da Associação de Melhoramentos Pró Outeiro (AMPO) cofinanciado pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego – POISE, desde outubro de 2017 até 2020. Este projeto surgiu a partir da constatação de uma necessidade existente a nível nacional, uma vez que as respostas sociais atualmente existentes em Portugal para a população idosa – a Estrutura Residencial para a Pessoa Idosa (ERPI), o Centro de Dia (CD) e o Serviço de Apoio ao Domicílio (SAD), não correspondem satisfatoriamente às necessidades e especificidades que o défice cognitivo e a demência impõem.

Desta forma, o CEPD tem como principal objetivo disponibilizar uma resposta ao nível dos cuidados especializados para as pessoas com declínio cognitivo e patologia demencial, bem como apoio e formação aos seus respetivos cuidadores (in)formais.

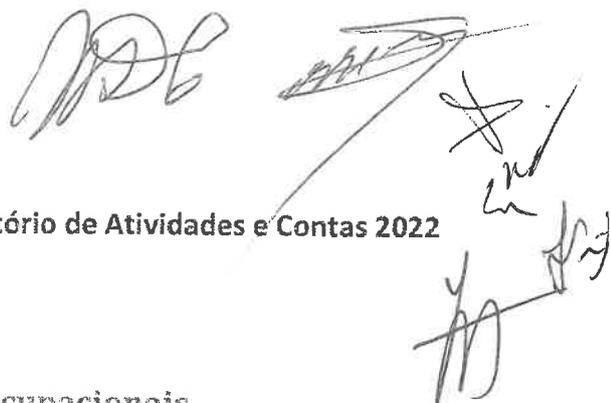
O CEPD iniciou o seu funcionamento integrado no edificado das valências de Centro de Dia e ERPI da AMPO, passando a funcionar integralmente em instalações próprias a partir de Agosto do ano de 2019. Estas instalações têm uma capacidade máxima para 40 pessoas com demência, sendo que os beneficiários abrangidos por este projeto incluem também os seus cuidadores informais e potenciais instituições cuidadoras, uma vez que o objetivo é o de promoção de uma rede de apoio longitudinal e contínua.

A equipa do CEPD foi estruturada de forma a conter uma direção técnica, uma equipa técnica operacional (profissionais de saúde de áreas de intervenção diferenciadas, formados e habilitados para o trabalho com patologias demenciais) e uma equipa não técnica (auxiliares de geriatria), mantendo um funcionamento diurno (9h-18h) de segunda a sexta-feira.

Durante o ano 2019 o CEPD prestou serviço a 26 utentes, com idades compreendidas entre os 63 e os 90 anos, com uma média de idades situada nos 78 anos, utentes estes oriundos dos concelhos de Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira e Santa Maria da Feira. Contudo, tendo em conta o plano de contingência delineado pela DGS para fazer frente ao vírus da

COVID -19, à AMPO foi forçada a encerrar esta valência no decorrer do mês de Março do ano de 2020.

A AMPO está ciente de que se trata de um serviço necessário à nossa sociedade local, mas igualmente consciente os utentes que frequentam esta valência requerem cuidados especiais, por isso, aguarda por atualização do plano de contingência para voltar a receber os seus utentes em condições de segurança, higiene e bem-estar.



### Atividades Socioculturais, Psicomotoras e Ocupacionais

Como sabemos, ao envelhecimento está frequentemente associado uma diminuição progressiva das capacidades psicomotoras, tais como perdas significativas no equilíbrio, na coordenação, agilidade e destreza motora e, na maioria dos casos, nos processos cognitivos. Também, e de grande importância, está a interação social que, nesta fase, sofre uma grande queda podendo traduzir-se mesmo no isolamento social ou, em casos mais extremos, levar à solidão.

Assim, é imprescindível que exista diariamente estimulação ao nível destes fatores, de forma a retardar e prevenir algumas destas perdas.

Com isto, na AMPO trabalhamos todos os dias no sentido de promover o melhor cuidado e qualidade de vida a todos os nossos utentes. Assim realizamos, diariamente, duas atividades de cariz sociocultural, psicomotor e/ou ocupacional por valência (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Centro de Dia), uma de manhã (10h30-12h00) e uma à tarde (14h30-16h00). Para além disso, ainda se realizam atividades de cariz religioso como a Oração do Terço, diariamente, e a ida à Capela do Outeiro, todos os Domingos. Também são realizadas semanalmente visitas ao exterior, a locais do interesse dos nossos utentes ou, a locais definidos pelas Atividades Interinstitucionais. Todos os anos também é realizado o Passeio ao Santuário de Nossa Senhora de Fátima.



Posto isto, de forma a contabilizar o número total de atividades realizadas no ano de 2022 nas duas valências supra mencionadas, estes foram os valores obtidos:

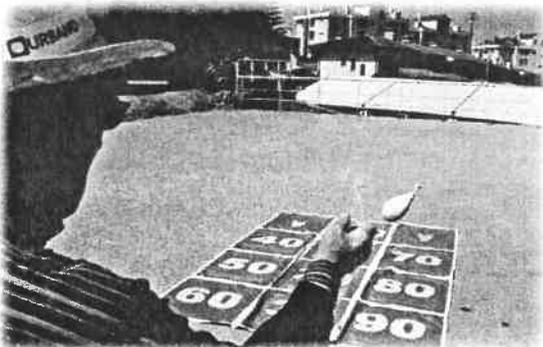
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI):

- 261 atividades de cariz psicomotor;
- 52 visitas ao exterior (socioculturais), de periodicidade semanal;
- 1 passeio anual ao Santuário de Nossa Senhora de Fátima;
- 126 atividades socioculturais (realizadas pelas colaboradoras, ou pela Diretora Técnica da valência nos dias em que a Psicomotricista/Animadora não se encontra na instituição).



Centro de Dia (CD):

- 261 atividades de cariz ocupacional;
- 52 visitas ao exterior (socioculturais), de periodicidade semanal;
- 1 passeio anual ao Santuário de Nossa Senhora de Fátima;
- 74 atividades socioculturais (realizadas pelas colaboradoras da valência nos dias em a Terapeuta Ocupacional não se encontra na instituição).





PRO-OUTEIRO

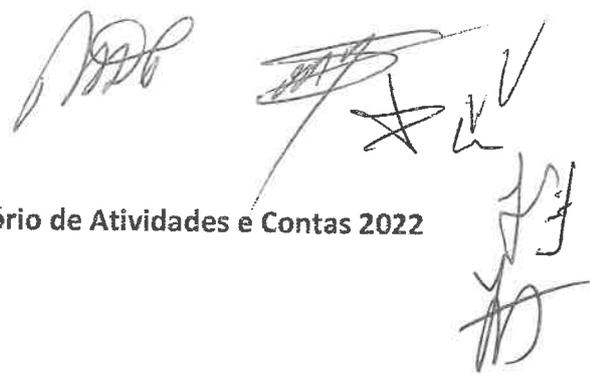
Relatório de Atividades e Contas 2022

### Serviço de Alimentação

Atualmente, o Serviço de Alimentação fornece, aproximadamente, 470 refeições diárias às suas variadas valências, tais como, Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Centro de Dia (CD), Escolas e Colaboradores.

Nos momentos de mais aperto, a solidariedade ressalta e a AMPO auxiliou duas Instituições do conselho, quando estas foram invadidas pelo vírus.

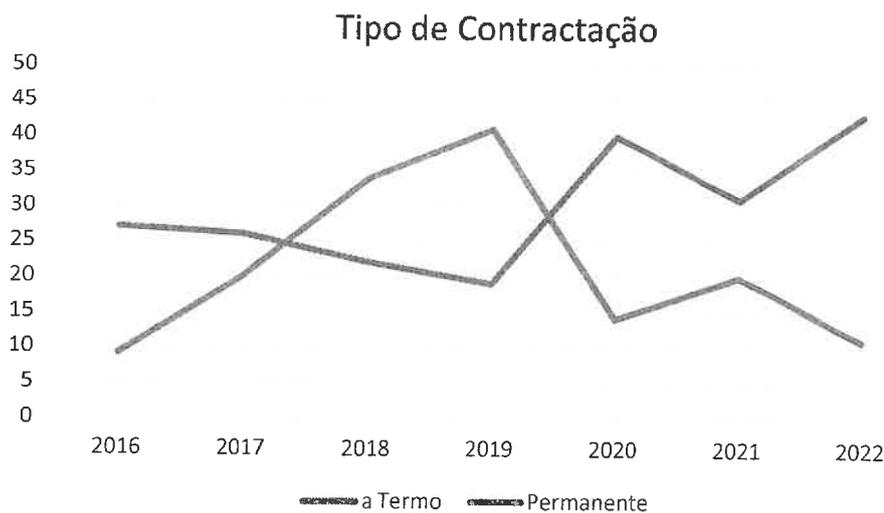
O objetivo do Serviço de Alimentação é alcançar a máxima satisfação dos utentes, fornecendo refeições completas, variadas e equilibradas.

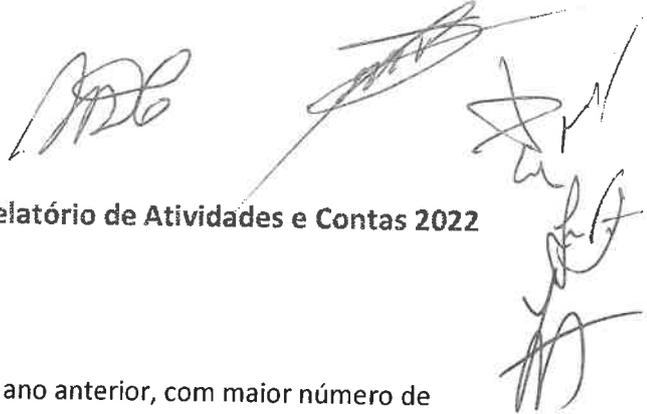


### Recursos Humanos

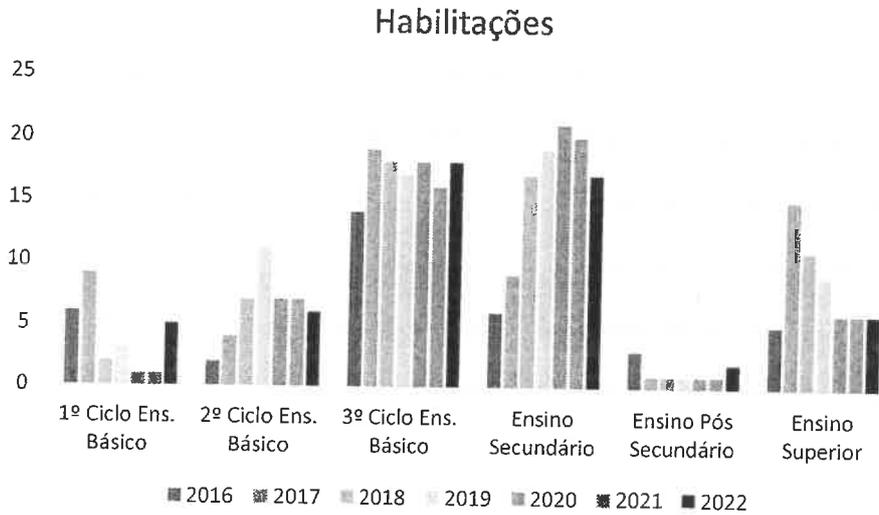
A Secção de Recursos Humanos desenvolve atividades diversificadas, requerendo dos elementos que a integram uma grande organização e planeamento, para que a gestão do pessoal seja um factor de estabilidade dentro da organização.

No final de 2022, o número de colaboradores da AMPO era de 54, contudo, salientamos o facto de ter três colaboradores com baixa prolongada e uma com baixa momentânea. A AMPO detém a seguinte composição dos recursos humanos no término do ano de 2022. Trabalhamos no sentido de estabilizar os colaboradores, proporcionando engajamento com associação, evitando rotatividade e permitindo estabilidade nas funções e conhecimento.

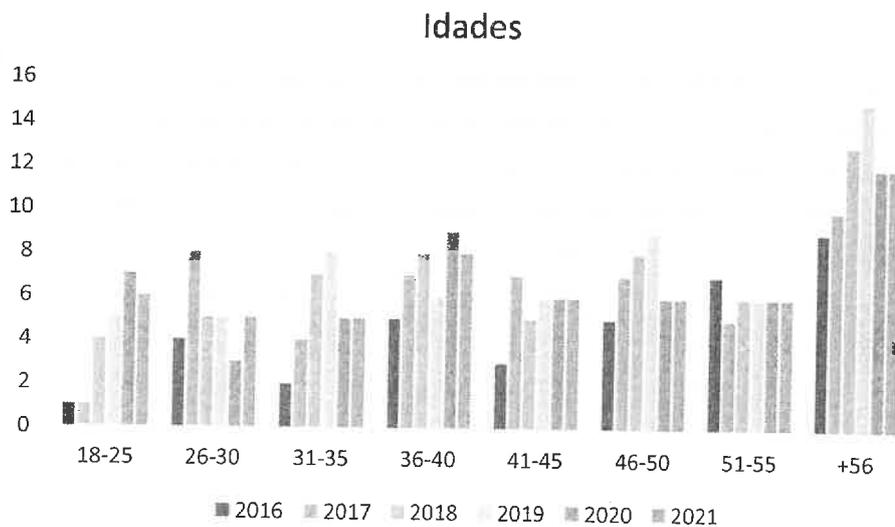


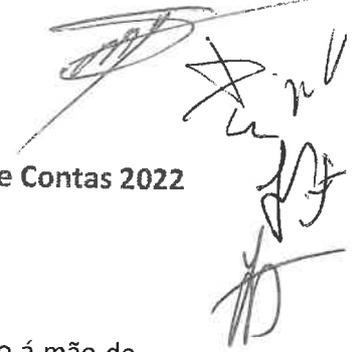


Em termos de habilitações, manteve-se a tendência do ano anterior, com maior número de colaboradores com habilitações ao nível do 3.º ciclo e ensino secundário.

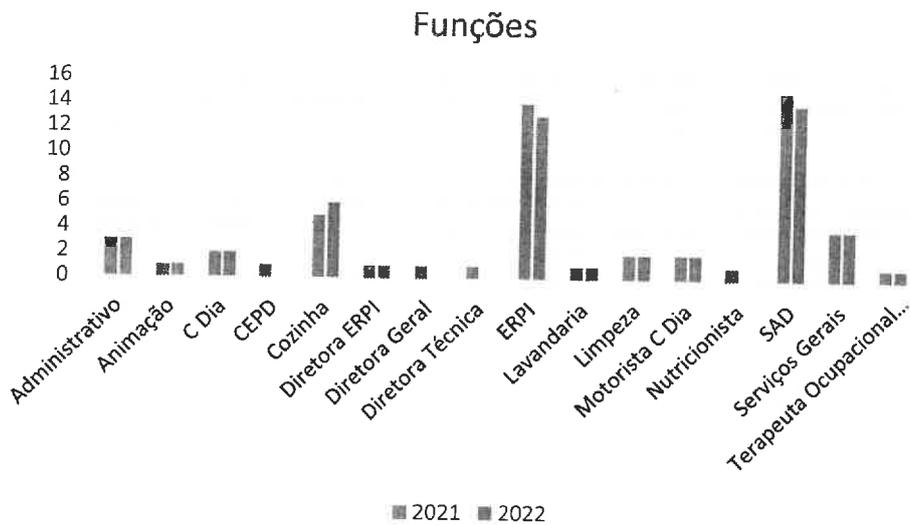


Relativamente à média etária do total de colaboradores, verifica-se a manutenção de colaborador de media idade, principalmente com idade entre 36-40 anos, bem como os colaboradores com mais de 56 ano.



De acordo com as áreas profissionais, tem se mantido a necessidade do recurso á mão-de-obra fornecida por colaboradores com a categoria de ajudantes de ação direta e de trabalhadores de serviços gerais. Salienta-se o facto, de serem afetos de forma directa aos dois grandes sectores, SAD e ERPI.



### Obrigações Fiscais

Durante o ano de 2022 foi cumprido o calendário das obrigações legais da AMPO perante as entidades públicas, nomeadamente a Autoridade Tributária, Segurança Social e Autoridade para as Condições de Trabalho.

*"Persista, insista mas nunca desista.  
Adversidades sempre haverá, mas nenhuma  
será tão forte como a sua motivação, e o seu  
desejo de vencer e alcançar seus objetivos e sonhos."*

*(Guilherme Albuquerque)*

## 5. Anexo às Contas

### 5.1 Identificação da Entidade

A “ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS PRÓ-OUTEIRO” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Associação” com estatutos publicados no Diário da República n.º282, Série III, de 09/12/1986, com sede em Rua Pedro Maria da Fonseca, 144.

### 5.2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da

transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

<b>Reconciliação dos Fundos Patrimoniais</b>	
<b>Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC</b>	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0.00
<b>Fundos Patrimoniais SNC-ESNL</b>	

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

<b>Reconciliação do Resultado</b>	
<b>Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC</b>	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0.00
<b>Resultado Líquido SNC-ESNL</b>	

### 5.3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 5.3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 5.3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

#### **5.3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### **5.3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

#### **5.3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

#### **5.3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **5.3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

#### **5.3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

#### **5.3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

#### **5.3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

#### **5.3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

#### **5.3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.



#### **5.3.1.12 Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

### **5.3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

#### **5.3.2.1 Fluxos de Caixa**

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

#### **5.3.2.2 Ativos Intangíveis**

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles

advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	4
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	1
Outros Ativos Intangíveis	4

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 5.3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 ou 20
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	5 ou 8
Equipamento administrativo	3 e 4
Outros Activos fixos tangíveis	3

- A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

#### 5.3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### **5.3.2.5 Propriedades de Investimento**

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

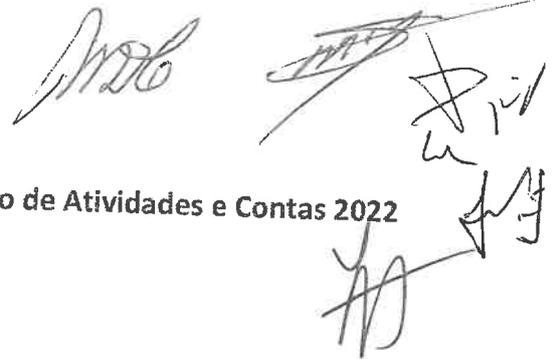
As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

#### **5.3.2.6 Investimentos financeiros**

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos



investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

#### 5.3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

#### 5.3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

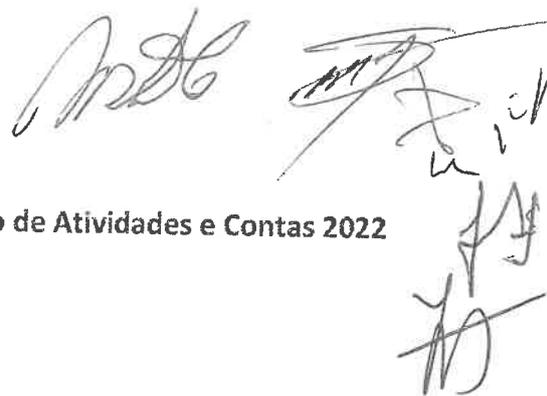
As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.



#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

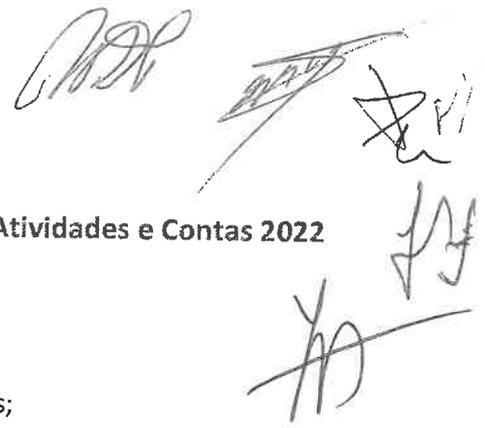
#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **5.3.2.9 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:



- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

#### 5.3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

#### 5.3.2.11 Financiamentos Obtidos

##### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

##### Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 5.3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

#### **5.3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.



#### 5.4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### 5.5 Ativos Fixos Tangíveis

##### Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

##### Activo Bruto

	Saldo em 1/01/2021	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2022
Terrenos e recursos naturais	172 921,70				172 921,70
Edifícios e outras construções	2 203 933,72	14 903,51			2 218 837,23
Equipamento básico	113 431,49	9 099,04			122 530,53
Equipamento de transporte	190 214,75	83 707,72	53 467,39		220 455,08
Equipamento administrativo	70 732,87	286,00			71 018,87
Equipamentos biológicos					-
Activos fixos tangíveis em curso					-
Outros activos fixos tangíveis	3 882,78				3 882,78
	<b>2 755 117,31</b>	<b>107 996,27</b>	<b>53 467,39</b>	<b>-</b>	<b>2 809 646,19</b>

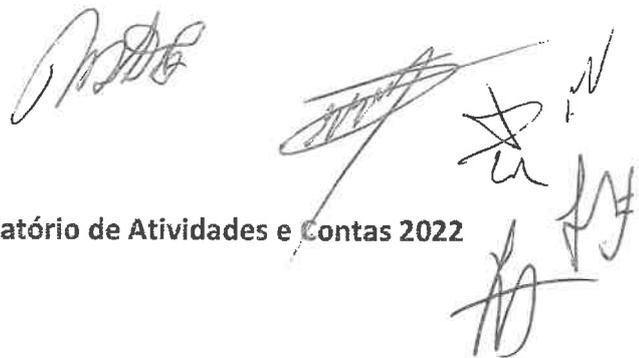
### Depreciações Acumuladas

	Saldo em 1/01/2021	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2022
Terrenos e recursos naturais	-				-
Edifícios e outras construções	364 251,20	66 117,83			430 369,03
Equipamento básico	90 921,82	6 983,06			97 904,88
Equipamento de transporte	173 318,13	14 490,79			187 808,92
Equipamento administrativo	56 299,85	2 298,28	53 467,39		5 130,74
Equipamentos biológicos					-
Outros activos fixos tangíveis	3 882,78				3 882,78
	<b>688 673,78</b>	<b>89 889,96</b>	<b>53 467,39</b>	<b>-</b>	<b>725 096,35</b>

### Gastos com Depreciações

	2021	2022
<b>Activos Fixos Tangíveis</b>		
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	66 105,40	66 117,83
Equipamento básico	5 851,04	6 983,06
Equipamento de transporte	10 173,50	14 490,79
Equipamento administrativo	2 298,28	2 298,28
Equipamentos biológicos	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-
	<b>84 428,22</b>	<b>89 889,96</b>

Propriedades de Investimento



No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2021 e 2022, foram os seguintes:

Descrição	2021					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	
<b>Total</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>

Descrição	2022					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	
<b>Total</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>

## 5.6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

### Gastos e Perdas Financeiras

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Juros - empréstimos	12672,73	11714,37
	<u>12672,73</u>	<u>11714,37</u>

### Empréstimos e Descobertos Bancários

	2022	2021
<b>Não Correntes</b>		
Empréstimos Bancários	712 989,49	741 844,71
	<u>712 989,49</u>	<u>741 844,71</u>
<b>Correntes</b>		
Outros Empréstimos	85 300,00	85 300,00
	<u>85 300,00</u>	<u>85 300,00</u>
	<b><u>798 289,49</u></b>	<b><u>827 144,71</u></b>

## 5.7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

### Inventários

	Inventário em 01/01/2021	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2021	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2022
Matérias primas e consumíveis	295,38	2 436,16		2 731,54	381 666,81		31 428,45
Mercadorias	1 484,62	205 554,28	(30 833,81)	5 958,45	945,00		2 365,59
	<u>1 780,00</u>	<u>207 990,44</u>	<u>(30 833,81)</u>	<u>8 689,99</u>	<u>382 611,81</u>	-	<u>33 794,04</u>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				<u>156 835,46</u>			<u>357 507,76</u>

Nos períodos de 2022, o custo das refeições é de 353.622,62€ sendo que deste valor houve oferta de 195.208,23€, logo o custo efectivo é de 158.414,39€.

## 5.8 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	1,531.70	751.73
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	565,859.64	522,102.84
Quotas e joias	6,379.00	6,772.50
Promoções para captação de recursos	0.00	0.00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0.00	0.00
Juros	0.00	0.00
Royalties	0.00	0.00
Dividendos	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>573,770.34</b>	<b>529,627.07</b>

## 5.9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

### Provisões

Nos períodos de 2021 e 2022, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2021	Aumentos	Diminuições	2022
Impostos	0.00	0.00	0.00	0.00
Garantias a clientes	0.00	0.00	0.00	0.00
Processos judiciais em curso	0.00	0.00	0.00	0.00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0.00	0.00	0.00	0.00
Matérias ambientais	0.00	0.00	0.00	0.00
Contratos onerosos	0.00	0.00	0.00	0.00
Reestruturação	0.00	0.00	0.00	0.00
Provisões específicas do setor	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras provisões	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>

### Passivos contingentes

Não são conhecidos passivos contingentes.

### Ativos contingentes

Na existem ativos contingentes objecto de relato contabilístico.

### 5.10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2022	2021
<b>Subsídios do Governo</b>		
ISS, IP	402768.54	358 654.77
ISS, IP Apoio Extraordinários	0.00	186.70
Outras entidades públicas	13557.19	19 016.95
<b>Apoios do Governo</b>		
Outras Entidades	0,00	6 950.00
<b>Total</b>	<b>416325.73</b>	<b>377 858.42</b>

### 5.11 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2022	2021
IRC Liquidado	0.00	0.00
Tributação Autónoma	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>

### 5.12 Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2022 e 2021, são não remunerados.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de “54” e em 31/12/2021 foi de “50”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	0.00	0.00
Remunerações ao pessoal	625,448.12	576,083.69
Benefícios Pós-Emprego	0.00	0.00
Indemnizações	0.00	0.00
Encargos sobre as Remunerações	118,919.93	105,124.80
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	11,924.82	8,388.40
Gastos de Ação Social	0.00	0.00
Outros Gastos com o Pessoal	3,148.65	3,934.57
<b>Total</b>	<b>759,441.52</b>	<b>693,531.46</b>

### 5.13 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, os signatários, individualmente, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório e Contas referente ao exercício de 2022 foi elaborado em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, do ativo e do passivo, da situação financeira do emitente e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

### 5.14 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

#### 5.14.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2022	2021
Outros investimentos financeiros	10.352,07	7.078,73
<b>Total</b>	<b>10 352,07</b>	<b>7 078,73</b>

### 5.14.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2022	2021
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	2.176,50	1.109,50
Utentes	30.137,09	30.373,91
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	1.168,76	1.168,76
<b>Total</b>	<b>32 313,59</b>	<b>30 373,91</b>

### 5.14.3 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	831,76
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Outros Devedores	188.317,10	74.753,07
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>188 317,10</b>	<b>75 584,83</b>

#### 5.14.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
FSE	2636.95	1 943.44
<b>Total</b>	<b>2363.95</b>	<b>1 943,44</b>

#### 5.14.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2021
Caixa	368.49	105.76
Depósitos à ordem	200204.22	217 249.28
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>200 572.71</b>	<b>201 184,33</b>

#### 5.14.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	43,278.66	0.00	0.00	43,278.66
Excedentes técnicos	0.00	0.00	0.00	0.00
Reservas	0.00	0.00	0.00	0.00
Resultados transitados	1,000,213.81	23,005.82	0.00	1,023,219.63
Excedentes de revalorização	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras variações nos fundos patrimoniais	350,533.20	121,854.31	4,663.25	467,724.26
<b>Total</b>	<b>1,394,025.67</b>	<b>144,860.13</b>	<b>4,63.25</b>	<b>1,534,222.55</b>

### 5.14.7 Fornecedores

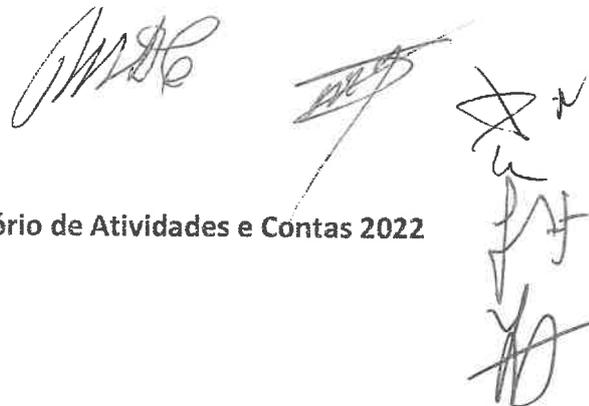
O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	40,599.88	46,231.02
Fornecedores títulos a pagar	0.00	0.00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>40,599.88</b>	<b>46,231.02</b>

### 5.14.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	26,618.84	31,706.21
Outros Impostos e Taxas	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>26,618.84</b>	<b>31,706.21</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2,259.77	4,779.93
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0.00	0.00
Segurança Social	24,168.42	20,845.30
Outros Impostos e Taxas	1,161.55	622.85
<b>Total</b>	<b>27,589.74</b>	<b>26,248.08</b>



#### 5.14.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		498.13		1 215.11
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
<b>Fornecedores de Investimentos</b>		<b>19 823.80</b>		<b>23 575.07</b>
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>		<b>99 394.77</b>		<b>89 086.70</b>
<b>Outros credores</b>		<b>55 822.55</b>		<b>5 817.39</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>175 539,25</b>	<b>0,00</b>	<b>119 694.27</b>

#### 5.14.10 Outros Passivos Financeiros

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são os seguintes:

Descrição	2022	2021
	0	0
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

#### 5.14.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	416,325.73	377,858.42
Subsídios de outras entidades	-4,854.90	0.00
Doações e heranças	0.00	0.00
Legados	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>411,470.83</b>	<b>377,858.42</b>

#### 5.14.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	0.00	0.00
Serviços especializados	43,084.79	62,111.18
Materiais	5,582.80	12,713.78
Energia e fluidos	124,395.04	83,625.58
Deslocações, estadas e transportes	927.37	1,048.70
Serviços diversos	32,397.06	29,523.16
<b>Total</b>	<b>206,387.06</b>	<b>189,022.40</b>

#### 5.14.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	20,467.50	20,989.39
Descontos de pronto pagamento obtidos	37.24	0.01
Recuperação de dívidas a receber	0.00	0.00
Ganhos em inventários	1,616.25	0.00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0.00	0.00
Rendimentos em investimentos não financeiros	5,150.00	212.02
Outros rendimentos	248,498.07	111,183.48
<b>Total</b>	<b>275,769.06</b>	<b>132,384.90</b>

#### 5.14.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	505.26	316.60
Descontos de pronto pagamento concedidos	0.00	0.00
Incobráveis	0.00	0.00
Perdas em inventários	0.00	0.00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0.00	0.00
Gastos em investimentos não financeiros	0.00	191.65
Outros Gastos	310.36	616.39
<b>Total</b>	<b>815.62</b>	<b>1,124.64</b>

#### 5.14.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	12,668.05	11,714.37
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0.00	0.00
Outros gastos e perdas de financiamento	4.68	0.00
<b>Total</b>	<b>12,672.73</b>	<b>11,714.37</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	0.00	0.00
Dividendos obtidos	0.00	0.00
Outros Rendimentos similares	707.25	922.38
<b>Total</b>	<b>707.25</b>	<b>922.38</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-11,965.48</b>	<b>-10,791.99</b>



ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS  
PRÓ-OUTEIRO

Adenda ao contrato de prestação de serviços  
relativo à **Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas**

Entre:

Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro, Instituição Particular de Solidariedade Social, pessoa coletiva n.º 501488294, com sede na Rua Pedro Maria da Fonseca, n.º144 - Outeiro, 3720-514 Santiago de Riba-Ul, representada pelo Senhor Diamantino José da Silva Nunes, na qualidade de Presidente da Direção, portador do documento de identificação n.º 02731251 8 ZY3, válido até 2021/12/18, contribuinte fiscal n.º 172937345, e senhor Manuel Brandão dos Santos, na qualidade de Tesoureiro, portador do documento de identificação n.º 05115999, contribuinte fiscal n.º 176652531, legitimados nos termos do ponto 1 do artigo 33.º do dos Estatutos desta Associação, adiante abreviadamente identificada por *Primeira Outorgante*;

e

Segundos outorgantes:

- 1- Na qualidade de Cliente: Davide Tavares Silva, portador do Cartão de Cidadão n.º 00916105, contribuinte fiscal n.º 151640912, residente na Rua Caminho da Branca, n.º44, 3720-501, Branca;
- 2- Na qualidade de familiar do Cliente: Raúl Manuel Aguiar da Silva, portador do Cartão de Cidadão n.º 05217343, contribuinte fiscal n.º 151640505, residente na Rua da Bustulenga n.º314, 3720-415, Oliveira de Azeméis;

é celebrado a presente adenda à adenda do contrato de prestação de serviços em ERPI, celebrado no dia 1 de maio 2022, reciprocamente aceite, efetuando nos termos da Cláusula n.º I, as seguintes alterações:

1 - O primeiro outorgante presta ao segundo outorgante os serviços de ERPI aí enquadrados, serviços de alimentação; cuidados de higiene e conforto; atividades socio culturais e recreativas apropriadas ao perfil ocupacional; apoio psicossocial; acompanhamento ao exterior; acompanhamento e ocupação de tempos livres;

#### 5.14.16 Empréstimos Bancários

Nos períodos de 2022 e 2021, dado a necessidade de financiamento da actividade de investimento a AMPO, apresenta os seguintes empréstimos:

#### Empréstimos e Descobertos Bancários

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Não Correntes</b>		
Empréstimos Bancários	712 989,49	741 844,71
	<u>712 989,49</u>	<u>741 844,71</u>
<b>Correntes</b>		
Outros Empréstimos	85 300,00	85 300,00
	<u>85 300,00</u>	<u>85 300,00</u>
	<b><u>798 289,49</u></b>	<b><u>827 144,71</u></b>

#### 5.14.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

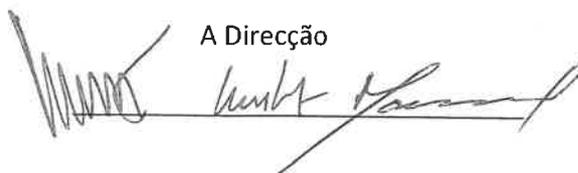
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Direcção a 16 de Março de 2022.

Outeiro, 16 de Março de 2022

O Contabilista Certificado



A Direcção



## 6. Indicadores Económicos

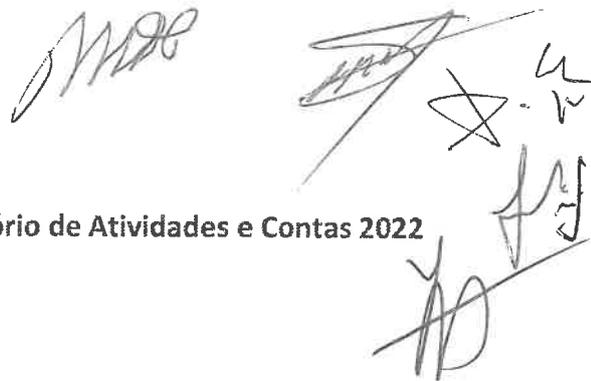
### 6.1 Rácios

Rácios	2022	Δ	2021
Activo Corrente	484 253,23	32,44%	365 653,42
Activo Não Corrente	2 094 901,91	1,03%	2 073 522,26
Capital Próprio	1 533 096,28	8,19%	1 417 031,49
Passivo Corrente	333 069,37	18,83%	280 299,48
Passivo Não Corrente	712 989,49	-3,89%	741 844,71
Passivo Total	1 046 058,86	2,34%	1 022 144,19
Capitais Permanentes	2 246 085,77	4,04%	2 158 876,20
Resultados antes Impostos	-1 126,27	-104,90%	23 005,82
Resultado Líquido	-1 126,27	-104,90%	23 005,82
Endividamento	40,56%	-3,21%	41,91%
Autonomia Financeira	59,44%	2,32%	58,09%
Liquidez Geral	1,45	194,97%	0,49
Liquidez Reduzida	1,35	6,20%	1,27
Liquidez Imediata	1,18	11,74%	1,05
Solvabilidade Total	1,47	5,72%	1,39

## 6.2 Indicadores de Rubricas de maior Impacto

### Despesa/Proveito - %

	2021	2022	% em 2021	% em 2022
Serviços especializados	46329,91	22976,77	3,95%	1,61%
Publicidade e Propaganda	472,88	55,36	0,04%	0,00%
Honorarios	182,04	98,40	0,02%	0,01%
Conservação e Reparação	14359,52	18972,05	1,22%	1,33%
Materiais	12713,78	5582,80	1,08%	0,39%
Electricidade	43533,33	66621,43	3,71%	4,67%
Combustivel	16970,56	22258,84	1,45%	1,56%
Água	15964,23	16535,49	1,36%	1,16%
Gás	7157,46	18979,28	0,61%	1,33%
Outros Serviços	766,83	927,37	0,07%	0,07%
Limpeza, Higiene e Conforto	22037,56	23829,78	1,88%	1,67%
Serviços diversos	8606,00	9549,49	0,73%	0,67%
<b>FSE</b>	<b>189094,10</b>	<b>206387,06</b>	<b>16,12%</b>	<b>0,00%</b>
<hr/>				
Gastos com Pessoal	693531,5	759441,5	59,12%	53,27%
<b>Gastos com Pessoal</b>	<b>693531,46</b>	<b>759441,52</b>	<b>59,12%</b>	<b>53,27%</b>



## 7. Demonstrações Financeiras

ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS PRÓ-OUTEIRO  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 501488294

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis		2 084 549,84	2 066 443,53
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		10 352,07	7 078,73
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		<b>2 094 901,91</b>	<b>2 073 522,26</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		33 794,04	8 689,99
Creditos a receber		32 313,59	30 373,91
Estado e outros entes públicos		26 618,84	31 706,21
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		2 636,95	1 943,44
Outros ativos correntes		188 317,10	75 584,83
Caixa e depósitos bancários		200 572,71	217 355,04
		<b>484 253,23</b>	<b>365 653,42</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2 579 155,14</b>	<b>2 439 175,68</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		43 278,66	43 278,66
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		1 023 219,63	1 000 213,81
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		467 724,26	350 533,20
		<b>1 534 222,55</b>	<b>1 394 025,67</b>
Resultado líquido do período		-1 126,27	23 005,82
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>1 533 096,28</b>	<b>1 417 031,49</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		712 989,49	741 844,71
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		<b>712 989,49</b>	<b>741 844,71</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		40 596,38	46 231,02
Estado e outros entes públicos		31 633,74	29 074,19
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros financiadores - Passivo Corrente		85 300,00	85 300,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes		175 539,25	119 694,27
		<b>333 069,37</b>	<b>280 299,48</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1 046 058,86</b>	<b>1 022 144,19</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>2 579 155,14</b>	<b>2 439 175,68</b>

A Direcção

O responsável

Contribuinte : 501488294

Pág. : 1

Moeda : EUROS

ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS PRÓ-OUTEIRO  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados		737.641,24	661.907,85
Subsídios, doações e legados à exploração		411.470,83	377.858,42
Subsídios de Entidades Públicas		416.325,73	377.858,42
ISS, IP - Centros Distritais		402.768,54	358.654,77
ISS, IP - Apoios excecionais e extraordinários		0,00	186,70
Outras entidades públicas		13.557,19	19.016,95
Subsídios de outras entidades		-4.854,90	0,00
Doações, heranças e legados		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		357.507,76	170.246,64
Fornecimentos e serviços externos		206.387,06	189.022,40
Gastos com o pessoal		759.441,52	693.531,46
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		275.769,06	132.384,90
Correcções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correcções positivas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correcções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimentos		4.663,25	3.784,61
Outros rendimentos		271.105,81	128.600,29
Outros gastos		815,62	1.124,64
Correcções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correcções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correcções de anos anteriores		0,00	0,00
Outros gastos		815,62	1.124,64
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>100.729,17</b>	<b>118.226,03</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		89.889,96	84.428,22
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>10.839,21</b>	<b>33.797,81</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		707,25	922,38
Juros e gastos similares suportados		12.672,73	11.714,37
			Continua.....

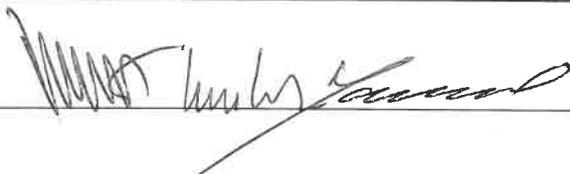
Contribuinte: 501488294

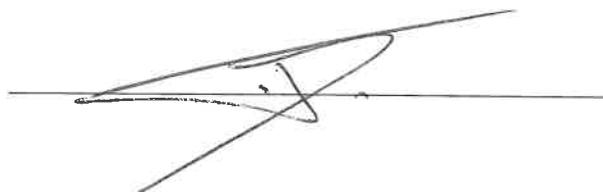
Pág.: 2

Moeda: EUROS

ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS PRÓ-OUTEIRO  
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Resultados antes de impostos		-1.126,27	23.005,82
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-1.126,27	23.005,82





Associação de Melhoramentos Pró-outeiro

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2022 (1)	31/12/2021 (2)
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes		849 694,26	729 383,12
Pagamentos a fornecedores		(542 704,01)	(454 823,81)
Pagamentos ao pessoal		(522 630,68)	(612 193,22)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>(215 640,43)</b>	<b>(337 633,91)</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		252 403,79	472 747,15
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>36 763,36</b>	<b>135 113,24</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		(28 039,82)	(4 678,35)
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		(3 273,34)	(2 970,03)
Outros activos		-	-
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis		5 150,00	1 550,00
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	1 217,44
Outros activos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>(26 163,16)</b>	<b>(4 880,94)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		64 446,69	19 372,92
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(79 156,49)	(120 953,31)
Juros e gastos similares		(12 672,73)	(12 481,20)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>(27 382,53)</b>	<b>(114 061,59)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>(16 782,33)</b>	<b>16 170,71</b>
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	217 355,04	201 184,33
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	200 572,71	217 355,04

## 8. Parecer do Conselho Fiscal

Nos termos da lei e dos Estatutos, o Conselho Fiscal desta Associação vem submeter à apreciação da Assembleia Geral de Associados o seu parecer sobre o relatório de gestão e contas, elaborado pela Direção, relativamente ao exercício de 2022.

Em 2022, o valor bruto da produção foi de, aproximadamente, 1.713 mil euros, observando-se um aumento de cerca de 314.000 euros, quando comparado com o valor do ano anterior. Esta situação resulta, essencialmente, de aumentos verificados ao nível da prestação de serviços e dos subsídios, circunstância que permitiu compensar, largamente, os significativos aumentos dos consumos intermédios.

A margem operacional líquida segue a tendência observada a partir do ano de 2019. Por efeito da pandemia e pelos efeitos da inflação e conseqüente agravamento dos custos operacionais, a margem continua a baixar, situando-se, no ano de 2022, em 0,94 por cento. A rentabilidade líquida passou, pela primeira vez, a ser negativa (-0,12%) Tal situação fica a dever-se ao efeito negativo da alavancagem financeira sobre a rentabilidade do investimento total.

A taxa de solvabilidade atinge 146,56% que traduz uma recuperação significativa, face a 2021. O nível de endividamento é de 40,56% e tem implícita uma tendência corretiva, de acordo com políticas consistentes. O processo de reestruturação financeira introduzido em 2020 permitiu consolidar uma estrutura financeira que possibilita manter níveis adequados de liquidez e de tesouraria. A liquidez geral é de 145,39% seguindo uma trajetória de melhoria, face ao valor relativo a dois mil e vinte e um.

Apesar de dificuldades percepcionadas pelos utentes e familiares dos mesmos, relacionadas com perdas de rendimento disponível, com as devidas reservas, a tendência de mercado mantém-se favorável, em função da análise dos indicadores demográficos. A organização continua a beneficiar de uma boa imagem reputacional.

Mantendo o foco na melhoria de procedimentos, de acordo com as opções estratégicas fundamentais, estamos convictos que a próxima Direção continuará a praticar atos de gestão que reforçam o nível de confiança que temos sentido.

Por tudo o que precede, o Conselho Fiscal considera que o relatório e Contas de gerência deve ser aprovado.

Oliveira de Azeméis, 17 de março de 2023

O Presidente do Conselho Fiscal



Combustível Abastecido em 2022

Matricula	Valor em €	Litros	Preço
12-XO-91	5593,54	2830,07	1,98
21-ID-44	3375,45	1698,61	1,99
43-CS-78	2889,55	1546,51	1,87
94-PE-64	2548,79	1365,72	1,87
49-FM-02	1979,52	1080,19	1,83
62-CM-23	1567,03	844,91	1,85
28-HL-71	1439,98	784,32	1,84
74-DI-54	929,99	508,87	1,83
13-13-SS	845,31	466,93	1,81
15-LF-13	553,67	294,76	1,88
75-89-OE	222,34	128,65	1,73
<b>Valor Medio p/Litro</b>			<b>1,86</b>

**Km Percorridos Carros Electricos**

**KM**

**51804**

Consumo Medio Kw/100Km

15,5

Necessita de: Kw

8029,62 Preço Kw

2007,405

Ao consumo de 6,5lt/100 necessita

3367 Preço Gasoleo 1,86

6 264,48 €

**Poupança**

**4 257,08 €**

Rubrica	2022		2021		Δ em Valor	Δ em %
Electricidade						
	66621,43		43533,33		23088,10	53,04%
Combustível						
	22258,84		16970,56		5288,28	31,16%
Água						
	16535,49		15964,23		571,26	3,58%
Gás						
	18979,28		7157,46		11821,82	165,17%
Limpeza, Higiene e Conforto						
	23829,78		22037,56		1792,22	8,13%
Serviços diversos						
	9549,49		8606,00		943,49	10,96%
<b>FSE</b>	<b>157774,31</b>		<b>114269,14</b>		<b>43505,17</b>	<b>38,07%</b>

<b>Gastos com Pessoal</b>	<b>759441,52</b>	<b>693531,46</b>	<b>65910,06</b>	<b>9,50%</b>
---------------------------	------------------	------------------	-----------------	--------------

<b>Aumento dos Principais Gastos</b>			<b>109415,23</b>	<b>47,58%</b>
--------------------------------------	--	--	------------------	---------------

	2022	2021		
<b>Apoios Segurança Social</b>	<b>402768,54</b>	<b>358654,77</b>	<b>44113,77</b>	<b>12,30%</b>

Diferença entre Aumento dos Custos e Apoios da Seg. Social			<b>-65301,46</b>	
--	--	--	------------------	--

ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS PRÓ-OUTEIRO  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 501488294  
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis		2 084 549,84	2 066 443,53
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		10 352,07	7 078,73
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		2 094 901,91	2 073 522,26
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		33 794,04	8 689,99
Creditos a receber		32 313,59	30 373,91
Estado e outros entes públicos		26 618,84	31 706,21
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		2 636,95	1 943,44
Outros ativos correntes		188 317,10	75 584,83
Caixa e depósitos bancários		200 572,71	217 355,04
		484 253,23	365 653,42
<b>Total do ativo</b>		2 579 155,14	2 439 175,68
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		43 278,66	43 278,66
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		1 023 219,63	1 000 213,81
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		467 724,26	350 533,20
		1 534 222,55	1 394 025,67
Resultado líquido do período		-1 126,27	23 005,82
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		1 533 096,28	1 417 031,49
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		712 989,49	741 844,71
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		712 989,49	741 844,71
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		40 596,38	46 231,02
Estado e outros entes públicos		31 633,74	29 074,19
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros financiadores - Passivo Corrente		85 300,00	85 300,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes		175 539,25	119 694,27
		333 069,37	280 299,48
<b>Total do passivo</b>		1 046 058,86	1 022 144,19
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		2 579 155,14	2 439 175,68

A Direcção

O responsável

ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS PRÓ-OUTEIRO  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte : 501488294

Pág. : 1

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados		737.641,24	661.907,81
Subsídios, doações e legados à exploração		411.470,83	377.858,41
Subsídios de Entidades Públicas		416.325,73	377.858,41
ISS, IP - Centros Distritais		402.768,54	358.654,71
ISS, IP - Apoios excepcionais e extraordinários		0,00	186,70
Outras entidades públicas		13.557,19	19.016,99
Subsídios de outras entidades		-4.854,90	0,00
Doações, heranças e legados		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		357.507,76	170.246,64
Fornecimentos e serviços externos		206.387,06	189.022,40
Gastos com o pessoal		759.441,52	693.531,46
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		275.769,06	132.384,90
Correcções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correcções positivas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correcções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimentos		4.663,25	3.784,61
Outros rendimentos		271.105,81	128.600,29
Outros gastos		815,62	1.124,64
Correcções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correcções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correcções de anos anteriores		0,00	0,00
Outros gastos		815,62	1.124,64
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>100.729,17</b>	<b>118.226,03</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		89.889,96	84.428,22
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>10.839,21</b>	<b>33.797,81</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		707,25	922,38
Juros e gastos similares suportados		12.672,73	11.714,37

ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS PRÓ-OUTEIRO  
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 501488294

Pág.: 2

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Resultados antes de impostos		-1.126,27	23.005,00
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-1.126,27	23.005,00